

# REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2019

## Enquadramento

O presente reporte acompanha, com uma periodicidade trimestral, o modelo de monitorização territorial, operacional e financeira dos instrumentos territoriais (ITI/PDCT, AIDUS/PEDU e DLBC) bem como de outras intervenções e investimentos com forte incidência territorial (por exemplo, PARU para os centros urbanos complementares) e do investimento municipal.

A dimensão de territorialização da aplicação dos fundos (PO Temáticos e Regionais) tem por base a localização das operações.

Este reporte integra-se nas atividades regulares da Unidade de Política Regional (UPR) da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito das suas competências de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas e políticas de desenvolvimento regional.

### Notas:

i) A informação disponibilizada neste reporte provem do Sistema de Monitorização do Portugal 2020 sendo coerente com o Boletim Informativo dos fundos da UE da AD&C.

ii) Uma vez que uma operação pode ter incidência em mais do que um território, nos quadros em que se utiliza a designação *número de registos* está a considerar-se o número de incidências de uma operação num determinado território.

## Metodologia

- ◆ A territorialização das operações tem por base a sua localização (incidência).
- ◆ Uma operação pode ter incidência territorial em mais do que um município, NUTS III ou NUTS II, pelo que o número de registos corresponde às incidências territoriais dessa operação.
- ◆ Os quadros dos instrumentos territoriais incorporam informação de 30.09.2019 relativa ao FEADER, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do PDR 2020 (PDCT e DLBC Rural) e informação relativa ao FEAMP, disponibilizada pelo MAR 2020 (DLBC Costeiro).
- ◆ Os valores programados de PEDU e PARU no POR Centro, PEDU no POR Norte e PARU no POR Algarve encontram-se atualizados com os dados constantes no Balcão 2020, refletindo os adicionais referentes à aplicação do acelerador do investimento municipal e a reprogramação de 2018, no caso do PEDU do POR Norte.

## Análise Global

A 30 de setembro de 2019, os **PO Regionais** (Continente e Regiões Autónomas) contabilizavam um total de 27.156 operações aprovadas, correspondendo a um valor global de 6.845 M€ de fundo aprovado, 2.793 M€ de fundo executado e 2.945 M€ de pagamentos.

O FEDER enquadrou 21.998 operações, correspondendo a 5.882 M€ de fundo aprovado, 2.302 M€ de fundo executado e 2.422 M€ de pagamentos. O FSE enquadrou 5.158 operações, que correspondem a 963 M€ de fundo aprovado, 491 M€ de fundo executado e 523 M€ de pagamentos.

Os PO das Regiões Autónomas continuavam a registar uma taxa média de compromisso (88%) e de execução (51%) superior aos PO Regionais do Continente (71% e 26%, respetivamente) e ao PT2020 (86% e 40%).

No final do trimestre, todos os POR do Continente registavam taxas de compromisso igual ou superior a 68%, com a taxa mais alta a verificar-se no POR Alentejo (75%). As taxas de execução variavam entre 22% no POR Alentejo e 27% no POR Norte e POR Algarve.

O POR Alentejo foi o que observou uma evolução mais acentuada da taxa de compromisso no terceiro trimestre de 2019, com um aumento de 7,8 p.p. face ao trimestre anterior.

As taxas de execução têm um comportamento semelhante em todos os PO Regionais do Continente com evoluções que variaram entre 1,8 p.p. no POR Centro e 3,5 p.p. no PO da R.A. da Madeira.

NUTS II	Programação Financeira 2014-2020 (PR)	Fundo aprovado (AP)	Despesa validada (VAL)	Pagamentos (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)	
	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (VAL/PR)
	mil euros	mil euros	mil euros		%	
Portugal 2020	25.856.076	22.157.006	10.450.349	11.120.839	86%	40%
<b>PO Regionais do Continente</b>	<b>7.752.503</b>	<b>5.495.072</b>	<b>2.003.165</b>	<b>2.145.495</b>	<b>71%</b>	<b>26%</b>
PO Norte 2020	3.378.771	2.312.382	924.154	975.209	68%	27%
PO Centro 2020	2.155.031	1.548.792	536.822	577.764	72%	25%
PO Alentejo 2020	1.082.944	815.345	242.825	274.489	75%	22%
PO Lisboa 2020	817.081	603.054	211.807	227.718	74%	26%
PO Algarve 2020	318.676	215.500	87.558	90.315	68%	27%
<b>PO Regiões Autónomas</b>	<b>1.538.707</b>	<b>1.350.266</b>	<b>790.033</b>	<b>799.290</b>	<b>88%</b>	<b>51%</b>
PO Açores 2020	1.137.481	990.445	587.853	587.468	87%	52%
PO Madeira 14-20	401.226	359.822	202.180	211.821	90%	50%

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

# REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2019

## Investimentos de Esfera Municipal

Relativamente à concretização dos investimentos de entidades da **esfera municipal**, verifica-se que, em termos acumulados, encontram-se aprovados 6.816 registos de operações correspondendo a um volume de fundo de 2.437 M€.

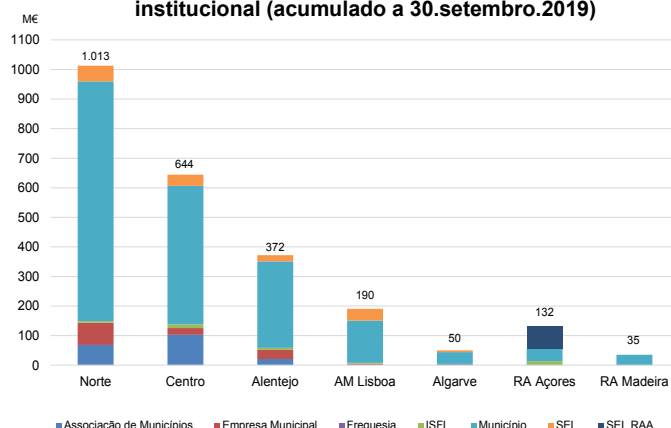
Os municípios mantêm-se como os principais promotores de operações da esfera municipal, com 75% do fundo aprovado de 1.831 M€.

A NUTS II com maior volume de fundo aprovado no âmbito da esfera municipal é o Norte, registando 1.013 M€ (42% do total de aprovações).

A PI 6.5 (requalificação e ambiente urbano) com 481 M€ continua a ser a PI com maior volume de fundo aprovado, sendo a que regista igualmente o maior número de operações aprovadas (995). Segue-se a PI 6.2 (investimentos no setor da água) com um volume de fundo aprovado de 340 M€ e 805 operações.

No 3º trimestre de 2019, as PI 6.2 e 6.5 foram as que registaram maiores volumes de aprovações: 36 M€ e 28 M€, respetivamente.

**Esfera Municipal - fundo aprovado por região e setor institucional (acumulado a 30.setembro.2019)**



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

## Incidência Territorial - localização das operações

Até 30 de setembro de 2019 encontrava-se aprovado um total de 42.849 operações no âmbito dos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e FC) do Portugal 2020, com um volume total de 18.136 M€ fundo aprovado e 8.013 M€ de fundo validado.

No que concerne à afetação regional dos fundos no conjunto dos **PO Temáticos**, é na região Norte que se concentra o maior volume de compromisso (45%) e de (execução 47%). Seguem-se o Centro (34% e 33%, respetivamente) e o Alentejo com (9%, respetivamente).

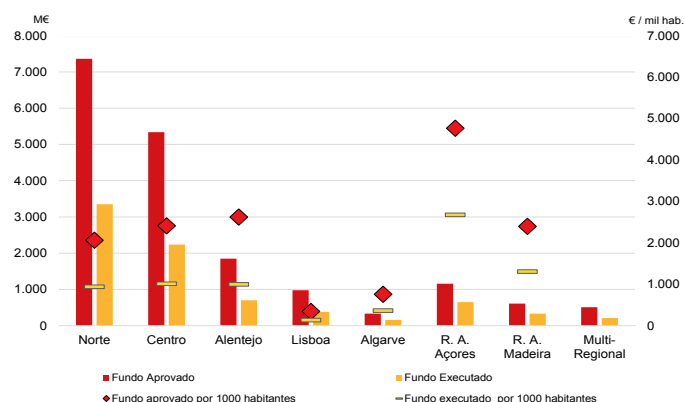
A distribuição regional *per capita* faz salientar a Região Autónoma dos Açores que regista o maior volume de fundo aprovado bem como executado, por mil habitantes.

**Distribuição regional dos PO Temáticos dos fundos da Política de Coesão (M€), a 30.setembro.2019**

PO Temáticos / Regiões	PO CH		PO CI		PO ISE		PO SEUR	
	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado
Portugal	2.860	1.820	4.798	1.823	1.946	897	1.577	636
Norte	1.498	949	2.264	938	895	392	393	145
Centro	964	622	1.808	653	614	265	404	160
Alentejo	283	169	386	122	199	84	167	83
Lisboa	n.a	n.a	30	0	121	93	223	72
Algarve	n.a	n.a	0	0	25	20	92	52
R. A. Açores	n.a	n.a	72	38	27	19	67	5
R. A. Madeira	n.a	n.a	0	0	17	10	231	120
Multi-Regional	115	79	238	71	47	15	0	0
Não Territorializado	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

**Distribuição regional *per capita* dos fundos da Política de Coesão, a 30.setembro.2019**



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Nota: O investimento que não é possível imputar apenas a uma região é classificado como Multi-Regional.

# REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2019

## Instrumentos Territoriais

No âmbito dos instrumentos territoriais o número de registos de operações aprovadas a 30 de setembro de 2019 era de 10.721.

No âmbito dos PDCT encontravam-se aprovadas 3.694 operações como um volume de fundo associado de 713 M€ e 236 M€ validados. Cerca de 74% do fundo aprovado diz respeito ao FEDER.

Os PEDU, nas suas três áreas de intervenção, registavam 1.114 operações aprovadas a que correspondia um montante de 553 M€ de FEDER aprovado e 157 M€ de fundo validado.

Nos DLBC, foram aprovadas 5.913 operações, maioritariamente na vertente rural (5.523). Continua a ser expressiva a preponderância da vertente rural no volume de fundo aprovado, 88%.

O quadro à direita apresenta uma síntese da execução financeira dos instrumentos territoriais por fundo.

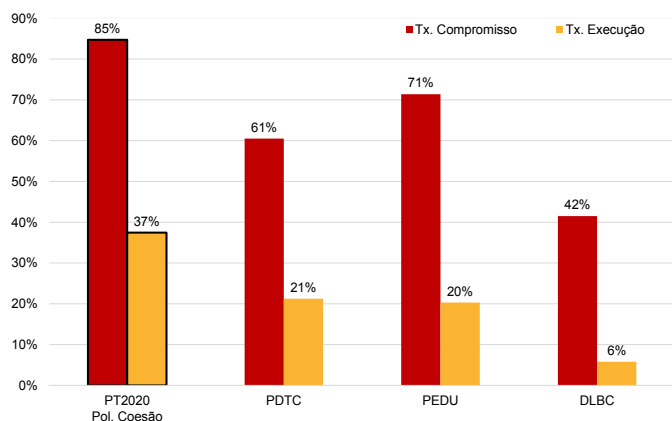
**Compromisso e execução, por instrumento territorial (acumulado a 30.setembro.2019)**

Instrumto Territorial/Fundo	Contratado	Fundo Aprovado	Fundo Validado	Pagamentos
<b>PDCT</b>	<b>1.154.076</b>	<b>712.792</b>	<b>236.105</b>	<b>247.576</b>
FEDER	676.837	503.376	177.297	181.222
FSE	413.640	151.967	49.362	57.110
FC	13.532	12.707	7.938	7.738
FEADER	50.067	44.743	1.508	1.505
<b>PEDU</b>	<b>773.963</b>	<b>552.531</b>	<b>157.090</b>	<b>156.443</b>
FEDER	773.963	552.531	157.090	156.443
<b>PARU (+)</b>	<b>195.955</b>	<b>157.587</b>	<b>62.670</b>	<b>62.875</b>
FEDER	195.955	157.587	62.670	62.875
<b>DLBC</b>	<b>306.200</b>	<b>128.224</b>	<b>26.680</b>	<b>30.299</b>
Costeiro	39.364	12.936	2.142	2.344
FEDER	6.535	2.459	170	363
FSE	7.829	457	14	22
FEAMP	25.000	10.019	1.958	1.958
<b>Rural</b>	<b>242.265</b>	<b>113.099</b>	<b>24.168</b>	<b>27.484</b>
FEDER	55.037	48.284	7.870	11.289
FSE	57.225	9.368	329	484
FEADER	130.003	55.447	15.968	15.711
<b>Urbano</b>	<b>24.571</b>	<b>2.189</b>	<b>370</b>	<b>472</b>
FEDER	8.490	1.746	321	410
FSE	16.080	444	49	62

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

(+) O PARU, não sendo um Instrumento Territorial é integrado neste quadro pois assume um compromisso indireto dos POR para com os municípios (valor na coluna *Contratado*).

**Taxa de compromisso e de execução, por instrumento territorial—Política de Coesão (acumulado a 30.setembro.2019)**



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

No gráfico à esquerda pode observar-se as taxas de compromisso e de execução dos principais instrumentos territoriais em comparação com o Portugal 2020, na vertente Política de Coesão.

No 3.º trimestre de 2019, os PEDU continuavam a ser o instrumento territorial que registava a maior taxa de compromisso (71%). Ainda assim estes valores encontram-se 13 p.p. abaixo da taxa de compromisso para a totalidade dos fundos da Política de Coesão.

Os PDCT apresentavam uma taxa de compromisso de 61% e os DLBC uma taxa de 42%.

Os PDCT e os PEDU são os instrumentos com taxas de execução mais elevadas (21% e 20%, respetivamente), embora abaixo dos 37% do PT2020 na componente Política de Coesão.

Ao nível dos DLBC, a execução continua a ser pouco expressiva (6%).

Em síntese, os instrumentos territoriais apresentam ainda taxas de compromisso e, sobretudo, de execução reduzidas face ao conjunto dos fundos da Política de Coesão.

# REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 30 de setembro de 2019

## Síntese dos Instrumentos Territoriais

A 30 de setembro de 2019, no âmbito dos instrumentos com incidência territorial (PDCT, PEDU, PARU e DLBC), contabilizavam-se 11.218 registos de aprovações. O fundo comprometido era 1.551 M€, a execução 483 M€ e o volume de pagamentos 497 M€. No âmbito dos PDCT o volume total de fundo aprovado é de 713 M€ e nos PEDU de 553 M€. O instrumento com a taxa de compromisso mais elevada continuou a ser o PARU, com 80%. A taxa de execução mais alta, para o conjunto dos instrumentos analisados registava-se na A.M. de Lisboa (22,9%).

Os DLBC foram o instrumento territorial que tiveram maior número de registos aprovados face ao trimestre anterior (435). De referir ainda que os PEDU no Alentejo registaram os maiores aumentos trimestrais da taxa de compromisso (8 p.p.). No caso dos DLBC foi também o Alentejo que na vertente rural mais se evidenciou (+6 p.p. que no trimestre anterior).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos fundos (à data de 30 de setembro de 2019) por Região e por Instrumento Territorial.

Instrumento Territorial / Fundo	Programação Financeira 2014-2020 (PR)		Aprovações (AP)				Despesa validada (VAL)	Pagamentos aos beneficiários (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)			
	Nº	Fundo Comunitário	Nº de Registos	Investimento/custo total	Investimento/custo total elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP / PR)	Taxa de execução (VAL / PR)	Taxa de pagamento (PG / AP)	Taxa de reembolso (PG / VAL)
		mil euros										
<b>Portugal 2020</b>	<b>n.a.</b>	<b>25.856.076</b>	<b>348.235</b>	<b>37.627.957</b>	<b>33.830.867</b>	<b>22.157.006</b>	<b>10.450.349</b>	<b>11.120.839</b>	<b>86%</b>	<b>40%</b>	<b>50%</b>	<b>106%</b>
<b>TOTAL - IT</b>	<b>379</b>	<b>2.430.194</b>	<b>11.218</b>	<b>2.578.673</b>	<b>2.109.197</b>	<b>1.551.134</b>	<b>482.544</b>	<b>497.193</b>	<b>63,8%</b>	<b>19,9%</b>	<b>32,1%</b>	<b>103%</b>
PDCT	22	1.154.076	3.694	1.142.350	956.348	712.792	236.105	247.576	61,8%	20,5%	34,7%	105%
PEDU	105	773.963	1.114	869.613	696.281	552.531	157.090	156.443	72,8%	20,7%	28,3%	100%
PARU	170	195.955	497	232.147	186.979	157.587	62.670	62.875	80,4%	32,0%	39,9%	100%
DLBC	82	306.200	5.913	334.563	269.588	128.224	26.680	30.299	41,9%	8,7%	23,6%	114%
<b>NORTE - IT</b>	<b>n.a.</b>	<b>1.123.061</b>	<b>4.001</b>	<b>1.167.988</b>	<b>941.122</b>	<b>750.845</b>	<b>235.554</b>	<b>237.971</b>	<b>66,9%</b>	<b>21,0%</b>	<b>31,7%</b>	<b>101%</b>
PDCT	8	545.387	1.433	485.905	409.770	329.987	120.072	124.273	60,5%	22,0%	37,7%	103%
PEDU	29	387.672	485	456.023	348.966	296.143	77.911	75.962	79,5%	20,9%	25,7%	97%
PARU	57	92.473	266	125.888	103.195	87.715	30.337	29.820	94,9%	32,8%	34,0%	98%
DLBC	21	97.530	1.817	100.172	79.191	37.000	7.234	7.916	37,9%	7,4%	21,4%	109%
Costeiro	2	9.543	4	615	615	276	111	118	2,9%	1,2%	42,8%	107%
Rural	16	77.487	1.798	98.844	77.925	36.409	7.067	7.729	47,0%	9,1%	21,2%	109%
Urbano	3	10.500	15	713	651	314	56	70	3,0%	0,5%	22,2%	124%
<b>CENTRO - IT</b>	<b>n.a.</b>	<b>738.066</b>	<b>3.511</b>	<b>687.245</b>	<b>572.768</b>	<b>424.855</b>	<b>121.231</b>	<b>127.041</b>	<b>57,6%</b>	<b>16,4%</b>	<b>29,9%</b>	<b>105%</b>
PDCT	8	354.252	1.270	350.819	291.312	216.572	57.260	63.526	61,1%	16,2%	29,3%	111%
PEDU	32	210.167	202	160.455	139.426	118.512	36.776	35.289	56,4%	17,5%	29,8%	96%
PARU	68	73.846	141	68.641	56.324	47.876	19.976	20.176	64,8%	27,1%	42,1%	101%
DLBC	28	99.800	1.898	107.331	85.705	41.895	7.219	8.050	42,0%	7,2%	19,2%	111,5%
Costeiro	5	14.548	153	12.206	11.744	7.150	429	483	49,1%	3,0%	6,8%	112,5%
Rural	23	85.252	1.745	95.124	73.961	34.745	6.789	7.567	40,8%	8,0%	21,8%	111,5%
<b>ALENTEJO - IT</b>	<b>n.a.</b>	<b>363.592</b>	<b>2.651</b>	<b>407.054</b>	<b>349.022</b>	<b>252.877</b>	<b>82.057</b>	<b>87.874</b>	<b>69,5%</b>	<b>22,6%</b>	<b>34,7%</b>	<b>107%</b>
PDCT	5	165.137	759	182.934	157.186	116.811	40.040	40.714	70,7%	24,2%	34,9%	102%
PEDU	26	111.124	202	108.736	97.288	82.575	22.852	25.774	74,3%	20,6%	31,2%	113%
PARU	32	21.091	59	27.518	21.167	17.906	11.063	11.484	84,9%	52,5%	64,1%	104%
DLBC	11	66.240	1.631	87.866	73.381	35.585	8.102	9.903	53,7%	12,2%	27,8%	122%
Costeiro	1	3.776	27	2.516	2.485	1.521	306	368	40,3%	8,1%	24,2%	120%
Rural	10	62.464	1.604	85.350	70.895	34.064	7.796	9.535	54,5%	12,5%	28,0%	122%
<b>A.M. LISBOA - IT</b>	<b>n.a.</b>	<b>176.654</b>	<b>806</b>	<b>289.707</b>	<b>226.270</b>	<b>112.048</b>	<b>40.540</b>	<b>40.922</b>	<b>63,4%</b>	<b>22,9%</b>	<b>36,5%</b>	<b>101%</b>
PDCT	1	89.300	232	122.692	98.080	49.421	18.733	19.063	55,3%	21,0%	38,6%	102%
PEDU	18	65.000	225	144.399	110.601	55.300	19.550	19.417	85,1%	30,1%	35,1%	99%
DLBC	13	22.354	349	22.616	17.590	7.326	2.257	2.442	32,8%	10,1%	33,3%	108%
Costeiro	2	5.306	49	4.122	3.945	2.023	749	816	38,1%	14,1%	40,4%	109%
Rural	2	6.783	207	14.973	10.651	3.904	1.241	1.299	57,6%	18,3%	33,3%	105%
Urbano	9	10.266	93	3.520	2.994	1.399	268	327	13,6%	2,6%	23,3%	122%
<b>ALGARVE - IT</b>	<b>n.a.</b>	<b>28.820</b>	<b>249</b>	<b>26.680</b>	<b>20.015</b>	<b>10.509</b>	<b>3.161</b>	<b>3.384</b>	<b>36,5%</b>	<b>11,0%</b>	<b>32,2%</b>	<b>107%</b>
PARU	13	8.545	31	10.101	6.292	4.090	1.294	1.396	47,9%	15,1%	34,1%	108%
DLBC	9	20.276	218	16.579	13.722	6.419	1.867	1.988	31,7%	9,2%	31,0%	106%
Costeiro	2	6.191	25	4.513	4.475	1.965	547	558	31,7%	8,8%	28,4%	102%
Rural	3	10.280	169	10.762	8.266	3.978	1.274	1.354	38,7%	12,4%	34,0%	106%
Urbano	4	3.805	24	1.304	981	476	46	76	12,5%	1,2%	15,9%	164%